

# A Revista e o Patrono

Geraldo Pereira<sup>1</sup>

Fico satisfeito em saber que a Revista Estudos Universitários, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), não apenas foi resgatada, mas, sobretudo, volta a contar com uma periodicidade estabelecida. Nisso devo reconhecer o protagonismo do Reitor Amaro Lins e o papel da pró-reitora Solange Coutinho, ambos comprometidos sempre com as peculiaridades sociais e econômicas da gente de Pernambuco e especialmente voltados para as particularidades culturais do Estado. Uma instituição acadêmica do porte da UFPE, precisa mesmo dispor de um veículo assim, capaz de servir ao pensamento dos professores e dos pesquisadores da Casa. Pensamento que não deve se restringir às publicações de natureza estritamente científica, nas quais as normas para publicação exigem uma metodologia própria, as quais são, por vezes, limitantes. De mais a mais, entende-se que as ciências e as vertentes da cultura e das artes se relacionam com facilidade, permitindo ao investigador ou ao ensaísta a produção de textos que sejam plurais, multidisciplinares e transdisciplinares. Nisso Gilberto Freyre

foi mestre – continua sendo um mestre dessas relações –, principalmente quando fundou e presidiu por anos a fio o Seminário de Tropicologia, aglutinando pensadores de várias searas dos saberes humanos. E a Revista é um pouso certo para tanto.

O diálogo da universidade com a sociedade passa, necessariamente, por um periódico assim, com a possibilidade de abordar temas que interessem de perto o poder público e cheguem à sociedade organizada. As grandes questões de Pernambuco, sobretudo as atuais, aquelas ligadas ao petróleo, à refinaria e ao estaleiro, reconhecem a discussão e o debate desses assuntos de forma ampla, notadamente com a inserção dos docentes da academia, no caso em particular, dos pesquisadores que são professores da Universidade Federal de Pernambuco, sem desprezar as demais, em pé de igualdade com a instituição primeira. Há uma nova perspectiva no Estado, especialmente no Recife, o declínio da violência urbana; declínio que resulta de um esforço conjunto das lideranças de governo, mas que é fruto do planejamento

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE e membro do Conselho Estadual de Cultura. Endereço eletrônico: pereira@elogica.com.br

e da execução de um programa criado por um doutor da UFPE. Um tema de grande atualidade, o qual não poderá dispensar o concurso de outros interessados nesse esforço que vai dando certo e poderá servir de mote para um dos números futuros.

Há certos assuntos, como a ecologia e o meio ambiente, o saneamento, a formação técnica dos jovens para o mercado de trabalho em expansão e a temática de agora, a do analfabetismo, enfocando Paulo Freire, especialmente. Não é exagero incluir assuntos que contemplem o espírito, tais como a prosa e a poesia. Pernambuco é o celeiro das letras, porque foi aqui que se escreveu o primeiro livro brasileiro: a *Prosopopeia*. Bento Teixeira foi quem redigiu este poema épico; uma peça em termos de criação literária. Mas, foi por cá, de igual forma, que a medicina prosperou, quando se publicou o resultado das pesquisas de Guilherme Piso e Georg Marckgraf, médicos e naturalistas da expedição de Nassau. Ou foi por cá, também, que veio à luz os livros de Mourão, Rosa e Pimenta. Esses temas, sobretudo históricos, bem que poderiam ser incluídos no elenco de assuntos selecionados para o porvir das coisas.

É esse intercâmbio, em tudo salutar, pode contemplar, também, as diversas manifestações culturais e artísticas, promovendo estudos que sejam definitivos no tocante às origens dessas expressões da cultura local. Há

muito da arte para ser escrito e discutido; para ser lido, principalmente.

Paulo Freire, que inspira este número da Revista Estudos Universitários, a quem conheci pessoalmente numa das vezes em que estive na Universidade Federal de Pernambuco, foi um pioneiro, um antecipador social. Por isso, pelo pioneirismo e pela antecipação de suas iniciativas, pareceu tão ameaçador para o regime ditatorial. É assim, quando o homem pensa, mesmo sendo um cidadão simples, com toda certeza cria asas e torna-se capaz de exercer a cidadania. Tem condições de falar e de ser ouvido, mas sobretudo tem como fazer a escolha certa na hora do sufrágio nas urnas. E isso pode mudar e muda todo o contexto tradicional do eleitor de cabresto, do antigo coronel do interior, que mandava e desmandava, que indicava o candidato e até, como sucedia às vezes, deixava de revelar o nome sufragado, justificando que o voto era secreto. Isso desaparece no momento em que o matuto ou o homem nascido no esturricado dos agrestes aprende a ler e passa a se incluir no seio social.

O grande educador acabou com a velha frase das cartilhas de outrora: “A vovó viu a uva!”. Ora, a vovó da gente nordestina nunca viu uma uva sequer, antes se habituou a ver o sofrimento da fome, da desnutrição e da diarreia. Da mortalidade infantil, sobretudo, tomada como um fato

natural nos distantes rincões; natural e até importante, porque na crença do povo – a Igreja contribuiu para isso – os meninos falecidos viravam anjinhos protetores da família nos céus. Mas Freire não fez, somente, essa mudança no palavreado das cartilhas, tendo trabalhado especialmente no sentido de libertar o homem do jugo em que vivia, sob os grilhões da ignorância e do analfabetismo. Por essa razão promoveu a inclusão social da pessoa; da pessoa simples, humilde.

Quando Paulo Freire visitou a Universidade numa das vezes em que estive em Pernambuco, o cerimonial concedeu a palavra a um prefeito analfabeto. Ele subiu ao palco e disse: “Não tenho inveja de ninguém! Só tenho inveja de quem sabe ler!”. Na verdade, aquele político estava se queixando ali, em nome de todos os que vivem à margem da sociedade, porque não sabem ler e por isso mesmo não se integram à vida comunitária e social. Sendo assim, Paulo Freire, que não admitia fosse o homem frustrado em seus direitos mínimos, talvez tenha sido o introdutor do pertencimento entre as populações periféricas, marginais. E talvez tenha sido o mesmo educador o introdutor, também, do empoderamento social. O responsável pelo poder que pode ter e tem o cidadão comum no exercício de seus direitos e deveres.